

Pirapora Solar Holding S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Pirapora Solar Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pirapora Solar Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pirapora Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da receita

Veja as Notas 3.13 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento da receita da Companhia envolve a mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do exercício, determinada com base nos relatórios de geração de energia. A estimativa dessa receita não faturada leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros das medições de geração efetuadas pela Companhia bem como dados contratuais, tais como os dados acerca do volume de geração mensal e os preços contratualmente estabelecidos.</p> <p>A estimativa da receita não faturada é preparada mensalmente para o grupo de transações de receita e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.</p> <p>Devido às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, além de julgamentos por parte da administração acerca da estimativa de energia a ser comercializada e sua projeção considerando o ciclo de faturamento do mercado a qual a empresa está inserida, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(a) Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à mensuração da receita incorrida mas ainda não faturada;</p> <p>(b) Teste da consistência e procedência dos dados utilizados no cálculo da receita incorrida mas ainda não faturada;</p> <p>(c) Análise dos dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados dos da receita faturada e dados de volume e preço contratualmente definidos, com objetivo de verificar se são apropriados, confiáveis e se foram devidamente interpretados pela Companhia.</p> <p>(d) Confronto dos valores estimados e reconhecidos de receita não faturada com as bases de faturamento do período subsequente ao fechamento de cada mês, observando notas fiscais emitidas e a razoabilidade do respectivo estorno da provisão no período subsequente;</p> <p>(e) Confronto dos relatórios de faturamento com a respectivas notas fiscais emitidas, comprovantes de liquidação do órgão regulador e evidência contratual acerca da razoabilidade dos preços usados como base para reconhecimento da receita.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5

Pirapora Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	233.772	15.882	5.461.428	8.114.654
Títulos e valores mobiliários	5	437.073	25.791.791	84.294.870	98.639.627
Contas a receber de clientes	6	-	-	15.027.290	43.798.626
Contas a receber - partes relacionadas	21	-	-	294	39.438
Adiantamentos diversos		1.501	1.500	281.822	235.554
Despesas antecipadas		1.759	723	20.618	118.275
Depósitos Judiciais		-	-	-	487
Dividendos a receber	21	10.801.806	6.948.200	-	-
Tributos a recuperar	7	746.059	551.822	2.757.545	1.793.678
		<u>12.221.970</u>	<u>33.309.918</u>	<u>107.843.867</u>	<u>152.740.339</u>
Não circulante					
Investimentos em sociedades controladas	8	354.689.712	372.464.326	-	-
Imobilizado	9	-	-	737.871.575	766.652.524
Intangível	10	29.307.445	30.309.410	29.307.445	30.309.410
Direito de uso de arrendamento		-	-	10.361.896	10.024.172
		<u>383.997.157</u>	<u>402.773.736</u>	<u>777.540.916</u>	<u>806.986.105</u>
Total do ativo		<u>396.219.127</u>	<u>436.083.654</u>	<u>885.384.783</u>	<u>959.726.444</u>
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	12	37.401	45.855	2.758.542	5.692.028
Tributos a recolher	11	10.548	16.167	1.115.907	916.475
Adiantamento de clientes		1.270	1.270	2.059.816	15.429.368
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	22.529.723	21.671.710
Debêntures a pagar	14	23.977.261	29.940.687	23.977.261	29.940.687
Provisão para IRPJ e CSLL		-	-	-	-
Correntes	20	-	-	1.383.026	3.119.350
Arrendamento mercantil		-	-	1.277.498	1.266.936
Provisão para contingências		-	-	-	10.998
		<u>24.026.480</u>	<u>30.003.979</u>	<u>55.101.773</u>	<u>78.047.552</u>
Não circulante					
Contas a pagar – parte relacionadas		-	-	65.481	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	449.283.600	467.166.483
Debêntures a pagar	14	206.760.028	183.765.322	206.760.028	183.765.322
Arrendamento mercantil		-	-	8.373.077	8.432.734
Provisão para contingências		-	-	10.998	-
Provisão para IRPJ e CSLL		-	-	-	-
Diferidos	20	-	-	357.207	-
		<u>206.760.028</u>	<u>183.765.322</u>	<u>664.850.391</u>	<u>659.364.539</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	15	178.892.467	238.892.467	178.892.467	238.892.467
Prejuízos acumulados	15	(13.459.848)	(16.578.114)	(13.459.848)	(16.578.114)
		<u>165.432.619</u>	<u>222.314.353</u>	<u>165.432.619</u>	<u>222.314.353</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>396.219.127</u>	<u>436.083.654</u>	<u>885.384.783</u>	<u>959.726.444</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receitas e custos operacionais					
Receita Líquida de vendas	16	-	-	137.538.008	125.598.864
Custo das vendas	17	-	-	(47.583.895)	(48.437.988)
Lucro bruto		-	-	89.954.113	77.160.876
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	18	(1.470.532)	(1.495.017)	(3.330.666)	(7.640.298)
Outras receitas operacionais	18	-	597.188	553.385	1.902.498
Resultado de equivalência patrimonial		45.481.288	29.255.575	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		44.010.756	28.357.748	87.176.832	71.423.076
Despesas financeiras	19	(41.951.996)	(28.070.977)	(83.113.224)	(69.452.832)
Receitas financeiras	19	1.059.506	98.073	4.714.866	1.618.157
Resultado financeiro líquido		(40.892.490)	(27.972.905)	(78.398.358)	(67.834.675)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.118.266	384.843	8.778.474	3.588.401
IR e CS correntes	20	-	-	(7.320.649)	(4.728.064)
IR e CS diferidos	20	-	-	1.660.441	1.524.507
Lucro do exercício		3.118.266	384.843	3.118.266	384.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro do exercício	3.118.266	384.843	3.118.266	384.843
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	3.118.266	384.843	3.118.266	384.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>238.892.467</u>	<u>(16.962.958)</u>	<u>221.929.509</u>
Lucro do exercício	-	384.843	384.843
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>238.892.467</u>	<u>(16.578.114)</u>	<u>222.314.353</u>
Redução de capital (Nota 17.1)	(60.000.000)	-	(60.000.000)
Lucro do exercício	-	3.118.266	3.118.266
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>178.892.467</u>	<u>(13.459.848)</u>	<u>165.432.619</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	3.118.266	384.843	3.118.266	384.843
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
. Depreciação	-	-	35.212.732	35.137.996
. Amortização	-	-	446.151	409.215
. Provisão de juros	36.654.658	22.551.900	36.654.658	22.551.900
. Provisão de juros - financiamento com terceiros	-	-	37.750.544	39.330.974
. Juros de arrendamento mercantil	-	-	1.124.274	1.057.865
. Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(1.048.317)	-	(4.575.797)	-
. Baixa de capex	-	-	-	24.756.409
. Resultado de equivalência patrimonial	(45.481.288)	(29.255.575)	-	-
. Amortização de intangível	1.001.964	1.001.964	1.001.964	1.001.964
. Contingências	-	-	-	(15.773)
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.660.441)	(1.524.507)
. Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	7.320.649	4.728.064
	(5.754.717)	(5.316.869)	116.393.000	127.818.951
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
. Aplicações financeiras	-	(25.464.601)	-	(48.631.455)
. Contas a receber de clientes	-	-	28.771.336	(18.406.948)
. Contas a receber - partes relacionadas	-	-	39.144	(39.438)
. Despesas antecipadas	(1.036)	15.309	97.658	143.212
. Adiantamentos	-	54.249	(46.268)	(175.069)
. Tributos a recuperar	(194.237)	(6.555)	(963.867)	(264.596)
. Tributos a recolher	(5.619)	2.579	199.432	(190.953)
. Contas a pagar	(8.454)	(608.269)	(2.580.573)	3.340.417
. Contas a pagar - parte relacionadas	-	2.025.215	65.481	(117.873)
. Adiantamento de clientes	-	-	(13.369.552)	15.429.368
. Outros	-	1.270	486	(1.488.291)
	(209.346)	(23.980.803)	12.213.277	(50.401.627)
Gerado pelas operações:				
. Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(7.039.325)	(4.728.668)
Caixa líquido gerado(consumido) pelas atividades operacionais	(5.964.063)	(32.638.424)	121.566.952	72.688.656

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

. Aquisição de imobilizado	-	-	(6.784.695)	(4.243.784)
. Aplicações em títulos e valores mobiliários	(15.625.932)	-	(206.877.163)	-
. Resgate de títulos e valores mobiliários	42.028.967	-	225.797.716	-
. Dividendos recebidos	27.792.797	43.268.190	-	-
. Redução de aporte nas investidas	31.609.500	11.500.000	-	-
. Recebimento empréstimos - parte relacionada	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	85.805.332	54.768.190	12.135.858	(4.243.784)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

. Redução de capital	(60.000.000)	-	(60.000.000)	-
. Pagamento de direito de uso do arrendamento	-	-	(1.957.244)	-
. Obtenção de empréstimos	-	-	-	2.632.000
. Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	-	(5.241.142)	-	-
. Custos de transação de empréstimos	-	-	877.690	(1.961.881)
. Custos de transação de debentures	1.397.372	1.401.200	1.397.372	1.401.200
. Pagamento de juros de empréstimos	(13.980.750)	(13.159.840)	(51.534.958)	(52.119.600)
. Pagamento de empréstimo - principal	(7.040.000)	(6.380.000)	(25.138.896)	(23.593.141)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(79.623.378)	(23.379.782)	(136.356.036)	(73.641.421)

Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa

	217.890	(1.250.016)	(2.653.226)	(5.196.549)
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	15.882	1.265.898	8.114.654	13.311.203
No final do exercício	233.772	15.882	5.461.428	8.114.654
	217.890	(1.250.016)	(2.653.226)	(5.196.549)

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa:

Reversão de capex	-	-	352.913	-
Dividendos propostos a receber	10.801.806	6.948.199	-	-
CPC 06 - Reconhecimento do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	(783.875)	(818.923)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Pirapora Solar Holding S.A ("Pirapora Holding" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 21 de junho de 2016, que se rege pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso nº 52, 18º andar (parte), Centro. A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras Companhias.

A autorização para exploração, adquirida pelo consórcio Pirapora, um dos vencedores no primeiro leilão de energia de reserva de 2015, realizado pela ANEEL em 28 de agosto de 2015. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 42 MWm ao preço médio de R\$ 298,58/MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas cinco entidades (suas controladas) que, juntas, possuem capacidade total instalada de 150MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 07 de dezembro de 2018, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Companhia, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 100% da participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

As suas controladas entraram em operação comercial ao longo do segundo semestre de 2017, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora V: a partir do dia 19 de Outubro de 2017, conforme despacho nº 3.510, de 18 de outubro de 2017;
- Pirapora VI: a partir do dia 06 de Outubro de 2017, conforme despacho nº 3.395, de 05 de outubro de 2017;
- Pirapora VII: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.171, de 25 de setembro de 2017;
- Pirapora IX: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.172, de 25 de setembro de 2017;
- Pirapora X: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.534, de 25 de setembro de 2017.

1.1 Efeitos da pandemia ("COVID-19")

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes neste país e seus regulamentos internos.

A extensão dos impactos do COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais restrições impostas por governos e outros possíveis desdobramentos nos Estados em que a Companhia atua. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros *stakeholders* envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis.

As incertezas sobre o setor elétrico foram mitigadas pelo governo através do o Decreto nº 10350/2020 que estabeleceu empréstimo às empresas do setor via Conta-Covid com valor teto de R\$ 16,1 bilhões, esse socorro atendeu as necessidades das distribuidoras de energia evitando eventos atrasos nos pagamentos motivados por inadimplência do consumidor final de energia.

Em 2021, a Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento junto a clientes e

fornecedores, respectivamente, e concluiu que as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos acima mencionados. A Companhia está constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.

1.2 Da autorização

As suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Controladas	Assinatura da Outorga	Capacidade
Pirapora V Energias Renováveis S.A	1 de março de 2016	30 MW
Pirapora VI Energias Renováveis S.A	1 de março de 2016	30 MW
Pirapora VII Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
Pirapora IX Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
Pirapora X Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	<u>30 MW</u>
		150 MW

A contabilização da energia produzida pelas controladas ocorre de forma mensal. De acordo com o PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- a. Planta fotovoltaica composta por cinco subparques de 30 MW cada;
- b. Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- c. Subestação Coletora Pirapora I 34,5/138 kV;
- d. Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora I à Subestação Pirapora 2;
- e. Bay de Conexão na Subestação Pirapora 2 em 138/345/500kV.

2 Apresentação das demonstrações Financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas nas legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 18.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos pelo valor contábil das contas a receber de clientes, contas a pagar, adiantamento de clientes, empréstimos, financiamentos e debêntures, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 18.

Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Controlada	Atividade	% Participação
Pirapora V Energias Renováveis S.A	Geração de energia solar	100
Pirapora VI Energias Renováveis S.A	Geração de energia solar	100
Pirapora VII Energias Renováveis S.A	Geração de energia solar	100
Pirapora IX Energias Renováveis S.A	Geração de energia solar	100
Pirapora X Energias Renováveis S.A	Geração de energia solar	100

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidencia de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

(i) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 16).

2.6 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da

Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, , caixas e equivalentes de caixa.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) ***Passivos financeiros não derivativos***

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

O Grupo também possui contas bancárias ou investimentos financeiros com restrições de uso que limitem o resgate para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem a conta.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.6 Ativo intangível

Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição das investidas além de intangíveis relacionados à aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar.

O ágio e custo do intangível reconhecido são amortizados pelo período da outorga conforme demonstrado na tabela abaixo:

Investida	Ágio	Custo de aquisição	Intangível amortizável	Período de outorga	Prazo
Pirapora V	3.983.592	2.078.290	6.061.882	01/03/2016	35 anos
Pirapora VI	3.983.592	2.078.290	6.061.882	01/03/2016	35 anos
Pirapora VII	3.983.592	2.078.290	6.061.882	01/03/2016	35 anos
Pirapora IX	3.983.592	2.078.289	6.061.881	01/03/2016	35 anos
Pirapora X	3.983.592	2.078.289	6.061.881	01/03/2016	35 anos
Total	<u>19.917.960</u>	<u>10.391.449</u>	<u>30.309.409</u>		

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

3.9 Debêntures

Em 15 de agosto de 2018 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de vencimento
Pirapora Solar Holding	R\$ 220.000.000	220.000	10.000	15/08/2034

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos

3.12 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

3.13 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia e demais holdings do Grupo estão sujeitas ao regime do lucro real enquanto as empresas operacionais estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

Lucro presumido

As empresas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro

tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.14 Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

i. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 25 (IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações CPC 37, 48 e 06 (IFRS 1, IFRS 9 e IFRS 16)	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações CPC 27 (IAS 16)	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações CPC 15 (IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023

Alterações CPC 26 (IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	233.772	15.882	5.461.428	8.114.654
	233.772	15.882	5.461.428	8.114.654

5 Títulos e valores mobiliários

	2021	2020	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	437.073	25.791.791	84.294.870	98.639.627
	437.073	25.791.791	84.294.870	98.639.627

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2021, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,17% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes é demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos de Energia de Reserva – CER (i)	12.783.849	30.320.162
Outras receitas (ii)	2.243.441	32.608.999
Total	15.027.290	62.929.161
Adiantamento Biosar	-	(15.429.368)
Total	-	(15.429.368)

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

- (ii) Valor refere-se a cobrança a Biosar Brasil Energia Renovável Ltda. referente a multas por não atendimentos a requisitos técnicos, tais como reembolso de custos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas. O ciclo de liquidação dos títulos a receber gira em torno de 30 dias.

7 Tributos a recuperar

A composição dos tributos a recuperar é a demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	736.806	542.869	2.257.397	1.310.143
Saldo negativo IRPJ	9.253	8.953	497.259	480.672
Saldo negativo CSLL	-	-	2.889	2.863
Total	746.059	551.822	2.757.545	1.793.678

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos em sociedades controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas.

Os saldos dos investimentos por Companhia controlada são demonstrados a seguir:

Controlada	Saldo em 31/12/2020	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos declarados	Saldo em 31/12/2021
Pirapora V	73.878.566	(4.781.900)	9.068.921	(5.982.230)	72.183.356
Pirapora VI	76.048.636	(7.581.900)	8.995.193	(6.274.210)	71.187.719
Pirapora VII	74.503.259	(6.081.900)	9.438.557	(6.635.421)	71.224.495
Pirapora IX	74.134.288	(4.881.900)	8.859.386	(6.492.938)	71.618.837
Pirapora X	73.899.578	(8.281.900)	9.119.230	(6.261.604)	68.475.304
Saldo do investimento	372.464.326	(31.609.500)	45.481.288	(31.646.403)	354.689.712

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos declarados	Saldo em 31/12/2020
Pirapora V	78.706.559	(2.300.000)	5.373.139	(7.901.133)	73.878.565
Pirapora VI	79.965.025	(2.300.000)	5.807.511	(7.423.900)	76.048.636
Pirapora VII	78.346.567	(2.300.000)	6.166.686	(7.709.994)	74.503.259
Pirapora IX	78.413.776	(2.300.000)	6.159.766	(8.139.254)	74.134.288
Pirapora X	78.676.168	(2.300.000)	5.748.473	(8.225.063)	73.899.578
Saldo do investimento	394.108.095	(11.500.000)	29.255.575	(39.399.344)	372.464.326

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2021, a saber:

Descrição	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X
Ativo					
Ativo Circulante	19.420.088	19.902.555	20.630.394	19.278.576	29.270.411
Ativo Não Circulante	152.128.168	150.556.951	150.055.745	151.854.763	143.637.843
Passivo circulante	8.196.703	7.666.951	8.055.156	7.888.857	12.570.442
Passivo Não Circulante	91.168.196	91.604.837	91.406.489	91.625.646	91.862.508
Patrimônio Líquido	63.114.435	62.192.526	61.785.938	62.759.451	59.356.074
Resultado	9.068.921	8.995.193	9.438.557	8.859.386	9.119.230
	72.183.356	71.187.719	71.224.495	71.618.837	68.475.304

Abaixo, apresentamos os saldos em 31 de dezembro de 2020, a saber:

Descrição	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X
Ativo					
Ativo circulante	21.556.430	24.045.230	25.150.949	22.493.094	38.084.719
Ativo não Circulante	158.446.799	156.735.082	156.098.592	158.016.496	147.379.727
Passivos	10.941.102	9.334.067	11.563.779	10.962.218	15.864.474
Passivos não circulantes	95.183.562	95.397.608	95.182.503	95.413.084	95.700.394
Patrimônio Líquido	68.505.426	70.241.125	68.336.573	67.974.522	68.151.105
Resultado	5.373.139	5.807.511	6.166.686	6.159.766	5.748.473
	73.878.566	76.048.636	74.503.259	74.134.288	73.899.578

9 Imobilizado

A movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa (Reversão capex)	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Painéis solares fotovoltaicos	4%	765.619.004	6.784.695	-	(35.211.340)	737.192.359
Moveis e Utensílios	-	10.517	-	-	(1.392)	9.125
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	1.023.003	-	(352.912)	-	670.091
Total		766.652.524	6.784.695	(352.912)	(35.212.732)	737.871.575
Custo		880.776.765				887.208.548
Depreciação acumulada		(114.124.241)				(149.336.973)
Imobilizado líquido		766.652.524				737.871.575
2020						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa (Reversão capex)	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Painéis solares fotovoltaicos	4%	821.459.130	2.772.344	(23.475.869)	(35.136.600)	765.619.004
Moveis e Utensílios	10%	11.913	-	-	(1.396)	10.517
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	832.102	1.471.440	(1.280.540)	-	1.023.003
Total		822.303.145	4.243.784	(24.756.409)	(35.137.996)	766.652.524
Custo		901.289.390	-	-	-	880.776.765
Depreciação acumulada		(78.986.245)	-	-	-	(114.124.241)
Imobilizado líquido		822.303.145	-	-	-	766.652.524

10 Intangível

A composição do intangível da controladora e consolidada está demonstrada abaixo:

Controlada	Taxa amortização%	Saldo em 31/12/2019	Amortização de Intangível	Saldo em 31/12/2020	Amortização de Intangível	Saldo em 31/12/2021
Pirapora V	2,86%	6.262.275	(200.393)	6.061.882	(200.393)	5.861.489
Pirapora VI	2,86%	6.262.275	(200.393)	6.061.882	(200.393)	5.861.489
Pirapora VII	2,86%	6.262.275	(200.393)	6.061.882	(200.393)	5.861.489
Pirapora IX	2,86%	6.262.275	(200.393)	6.061.882	(200.393)	5.861.489
Pirapora X	2,86%	6.262.275	(200.393)	6.061.882	(200.393)	5.861.489
Saldo do intangível		31.311.373	(1.001.965)	30.309.410	(1.001.965)	29.307.445

Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição das investidas além de intangíveis relacionados à aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Companhia.

11 Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos Federais	10.548	16.167	621.113	916.475
Tributos Estaduais	-	-	455.091	-
Tributos Municipais	-	-	39.703	-
Total	10.548	16.167	1.115.907	916.475

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

12 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Manutenção	-	-	1.321.469	1.400.142
Serviços	28.091	41.307	144.287	312.083
Materiais	-	-	3.093	-
Capex	8.638	-	1.148.302	80
Seguros	-	-	178	3.979.724
Outros	671	4548	141.213	-
	37.401	45.855	2.758.542	5.692.028

13 Empréstimos e Financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Consolidado	
					31/12/2021	31/12/2020
Principal BNDES FINEM	R\$	TJLP+3,18 %	7,73%	2022 a 2036	457.262.719	475.361.615
Juros					25.521.727	25.325.391
Custos de captação					(10.971.123)	(11.848.813)
Total de empréstimos					471.813.323	488.838.193
		Passivo circulante			22.529.723	21.671.710
		Passivo não circulante			449.283.600	467.166.483

Em 26 de setembro de 2017, a empresa firmou um contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 529.039.000,00, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2020. O objetivo do empréstimo foi a captação de recursos para construção dos parques solar. Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 3,18% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 14 de março de 2018. O valor do principal será amortizado em 218 prestações mensais, com início em 15 de março de 2018 até 15 de março de 2036. A movimentação dos empréstimos encontra-se apresentada abaixo:

Controladas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	488.838.193	505.010.001
(+) Juros incorridos	37.750.544	39.330.974
(-) Pagamento de juros	(37.554.208)	(38.959.760)
(-) Pagamento de principal	(18.098.896)	(17.213.141)
(+) Aquisição de empréstimo	-	2.632.000
(-) Custos de Captação	877.690	(1.961.881)
	471.813.323	488.838.193

Garantias

Atualmente, o empréstimo conta com penhor de ações, penhor de equipamentos e alienação fiduciária de direitos creditórios.

Covenants

A partir de 2019, inclusive, a Companhia e suas controladas precisam manter apuração anual durante toda a vigência do Contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,20, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I do Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 17.2.0221.1, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Consolidado (“ICSD”) Consolidado para o ano de 2021 foi de 1,43.

14 Debêntures

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
					31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
(b) Principal IDB	R\$	IPCA+ 5,7656	15,86%	2034	202.180.000	209.220.000	202.180.000	209.220.000
Juros					45.574.595	22.900.687	45.574.595	22.900.687
Custos de captação debentures					(17.017.306)	(18.414.678)	(17.017.306)	(18.414.678)
					230.737.289	213.706.009	230.737.289	213.706.009
Total de empréstimos					230.737.289	213.706.009	702.550.612	702.544.202
		Passivo circulante			23.977.261	29.940.687	46.506.984	51.612.397
		Passivo não circulante			206.760.028	183.765.322	656.043.628	650.931.805

(a) A movimentação das debentures encontra-se evidenciada abaixo:

Controladora e Consolidado

Controladora

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	213.706.009	209.292.749
(+) Juros incorridos	36.654.658	22.551.900
(-) Pagamento de juros	(13.980.750)	(13.159.840)
(-) Pagamento de principal	(7.040.000)	(6.380.000)
(+) Aquisição de empréstimo	-	-
(-) Custos de Captação	1.397.372	1.401.200
	230.737.289	213.706.009

Garantias

A operação de captação em questão é garantida corporativamente pelas SPEs Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X e por uma fiança bancária emitida pelo IDB.

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 178.892.467 (R\$ 238.892.467 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 178.892.467 238.892.467 (238.892.466 em 2020) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação %	2021	2020
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50%	89.446.234	119.446.234
Ômega Geração S.A.	50%	89.446.234	119.446.233
Total		178.892.467	238.892.467

Em 20 de dezembro de 2021, foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais), em razão do mesmo ter se tornado excessivo em relação ao desenvolvimento das atividades da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76 e consequente cancelamento de 60.000.000 (sessenta

milhões em 2021 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, acarretando a restituição dos haveres correspondentes à acionista única da Companhia.

15.2 Resultado do exercício

A Companhia registrou lucro no montante de R\$ 3.118.266 (R\$ 384.843 em 31 de dezembro de 2020). O lucro do exercício foi destinado para absorver os prejuízos acumulados em 2021 e 2020.

16 Receitas líquida de vendas

A composição das receitas de vendas é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
Geração de energia		
Receita de vendas	142.751.116	130.355.956
Receita bruta	142.751.116	130.355.956
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(928.362)	(847.153)
COFINS	(4.284.746)	(3.909.939)
Total das deduções da receita bruta	(5.213.108)	(4.757.092)
Total da receita líquida	137.538.008	125.598.864

Em 2021, as investidas registraram um aumento em sua receita líquida devido a maior disponibilidade de recurso natural em relação ao ano anterior, resultando em uma maior geração de energia.

17 Custos das vendas por natureza

A composição dos custos das vendas por natureza é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
Custos operacionais		
Seguros	(1.461.637)	(1.146.610)
Ajustes na conta da CCEE	-	(401.513)
Arrendamentos operacionais	(446.151)	(409.215)
Energia elétrica	(697.107)	-
Outros custos	-	(125.514)
	(2.604.895)	(2.082.851)
Impostos e taxas		
TUSD	(3.328.668)	(2.807.634)
Taxa de regulamentação	(560.740)	(496.326)
	(3.889.408)	(3.303.959)
Serviços prestados		
Manutenção das instalações	(4.788.851)	(7.908.373)

Outros serviços	(1.088.009)	(4.808)	
	<u>(5.876.860)</u>	<u>(7.913.182)</u>	
Depreciação			
Custo com depreciação	(35.212.732)	(35.137.996)	
	<u>(35.212.732)</u>	<u>(35.137.996)</u>	
Total dos custos	<u>(47.583.895)</u>	<u>(48.437.988)</u>	

18 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas operacionais por natureza é demonstrada abaixo:

18.1 Despesas Gerais e Administrativas

Despesas administrativas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas legais	(6.803)	(2.440)	(99.856)	(96.928)
Despesas com publicações	(12.715)	-	(75.600)	-
Correios	-	-	-	(556)
Contribuições a associações	-	(20.829)	(29.591)	(101.779)
Mão de obra temporária	-	-	-	(673)
Amortização de intangível	(1.001.964)	(1.001.964)	(1.001.964)	(1.001.964)
Fretes e carretos	-	-	-	(137.477)
Courier e correlatados	-	-	-	(7.706)
Outros materiais	-	-	-	(2.560)
Reembolso de despesas	-	-	-	(107)
Icms	-	-	-	(94)
Doação/Brinde	-	-	(185.122)	-
Outras despesas operacionais	(4.309)	(1.913)	(22.350)	(2.000.000)
	<u>(1.025.791)</u>	<u>(1.027.146)</u>	<u>(1.414.483)</u>	<u>(3.349.844)</u>
Impostos e taxas				
IOF	-	(64)	-	(119)
Outros impostos e taxas	(16.929)	-	(80.439)	-
Pis e Cofins	(49.267)	-	(49.267)	-
	<u>(66.196)</u>	<u>(64)</u>	<u>(129.706)</u>	<u>(119)</u>

Despesas com serviços prestados

Honorários de Contadores	(44.873)	(68.869)	(269.239)	(460.251)
Honorários de Consultores	-	(194.582)	-	(1.062.325)
Honorários de Auditores	(41.285)	(49.318)	(180.090)	(215.130)
Honorários de Advogados	(6.625)	(26.256)	(96.683)	(886.495)
Informática	(43.908)	(50.744)	(95.499)	(74.070)
Serviços financeiros	(241.854)	-	(349.539)	-
Publicidade	-	(8.655)	-	(51.475)
Serviços de tradução	-	-	-	(43.939)
Outras despesas	-	-	-	(259.714)
Outros serviços prestados	-	(69.383)	(294.140)	(165.839)
	<u>(378.545)</u>	<u>(467.807)</u>	<u>(1.285.191)</u>	<u>(3.219.239)</u>

Rateio de despesas

Gestao de Administrativa	-	-	(501.286)	(382.237)
Gestao de Ativos	-	-	-	(688.858)
	-	-	<u>(501.286)</u>	<u>(1.071.095)</u>

Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais

	<u>(1.470.532)</u>	<u>(1.495.017)</u>	<u>(3.330.666)</u>	<u>(7.640.298)</u>
--	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

18.2 Outras receitas/despesas

Outras receitas operacionais

Recuperação de despesas (i)	-	597.188	146.392	1.809.655
Outras receitas	-	-	406.993	172.116
Outras despesas Bonificação	-	-	-	(73.075)
Amortização projeto	-	-	-	(6.200)
	<u>-</u>	<u>597.188</u>	<u>553.385</u>	<u>1.902.498</u>

- (i) Em 2021 valor refere-se a cobrança de reembolso de custos a Biosar. Em 2020 a despesa referia-se a cobrança de multas por não atendimento a requisitos técnicos e reembolso de custos.

19 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	1.048.317	93.303	4.575.797	1.232.696
Variação cambial ativa	-	3.933	-	4.281
Desconto	-	-	-	1
Receita de juros	11.189	837	139.068	381.179
	<u>1.059.506</u>	<u>98.073</u>	<u>4.714.866</u>	<u>1.618.157</u>
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos - parte relacionada	-	(354.840)	-	-
Juros de empréstimos	(36.654.658)	(22.551.901)	(74.405.203)	(61.883.089)
Despesas bancárias	(102.281)	(228.052)	(1.048.564)	(884.162)
Variação cambial passiva	-	-	(11.465)	(2.436)
Encargos sobre pagamento em atraso	-	-	(1.207)	-
Despesas com IOF	(13.087)	(190)	(20.914)	(6.394)
Custos com empréstimos	(1.555.297)	(1.401.200)	(2.874.923)	(2.084.092)
Outras despesas financeiras	(3.626.674)	(3.534.794)	(4.750.947)	(4.592.659)
	<u>(41.951.996)</u>	<u>(28.070.977)</u>	<u>(83.113.224)</u>	<u>(69.452.832)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(40.892.490)</u>	<u>(27.972.904)</u>	<u>(78.398.358)</u>	<u>(67.834.675)</u>

20 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

Abaixo segue a conciliação dos tributos sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto	3.118.266	384.843	8.778.474	3.588.401
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	1.060.210	130.847	2.984.681	1.220.056
. Resultados de controladas por equivalência	(15.463.638)	(9.946.896)	-	-
. Despesas não dedutíveis para fins de impostos	347.535	340.668	347.535	340.668
. Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	14.055.893	9.475.381	14.055.893	9.475.381
. Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(11.727.900)	(7.832.548)
Encargo fiscal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.660.208</u>	<u>3.203.557</u>
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(7.320.649)	(4.728.064)
Despesa com IR e CS diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.660.441</u>	<u>1.524.507</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.660.208)</u>	<u>(3.203.557)</u>

Pirapora Solar Holding S.A
Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2021 e 2020

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0%	0%	64%	89%
<u>Imposto por natureza</u>				
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	-	-	5.529.444	3.531.041
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	-	-	1.603.054	550.173
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	-	-	188.151	646.849
	-	-	7.320.649	4.728.064

21 Transações com parte relacionadas

As transações com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

21.1 Dividendos a receber

Os saldos de dividendos a receber são demonstrados a seguir:

Dividendos a receber	2021	2020
Pirapora V Energias Renováveis S.A.	2.153.869	1.276.121
Pirapora VI Energias Renováveis S.A.	2.136.358	1.379.284
Pirapora VII Energias Renováveis S.A.	2.241.657	1.464.588
Pirapora IX Energias Renováveis S.A.	2.104.104	1.462.945
Pirapora X Energias Renováveis S.A.	2.165.817	1.365.262
	10.801.806	6.948.200

(a) Tratam-se de dividendos propostos pela Controladas a serem distribuídos após aprovação em Assembleia de acionistas.

21.2 Contas a receber

Consolidado

Contas a Receber	2021	2020
EDF EN Participações Ltda	294	39.438
Total	294	39.438

(i) Valor a receber refere-se a pagamento de custos de Serviços de Gestão para EDF.

21.3 Remuneração do pessoal chave da administração

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2021 e em 2020.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	294	39.438
Contas a receber de clientes	-	-	15.027.290	43.798.626
Dividendos a receber	10.801.806	6.948.200	-	-
Direito de uso de arrendamentos	-	-	10.361.896	10.024.172
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações financeiras	647.596	25.791.791	81.621.067	98.639.627
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	37.401	45.855	2.758.542	5.692.028
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	471.813.323	488.838.193
Debentures a pagar	230.737.289	213.706.009	230.737.289	213.706.009
Arrendamento Mercantil	-	-	9.650.575	9.699.670

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	294	39.438
Contas a receber de clientes	-	-	15.027.290	43.798.626
Dividendos a receber	10.801.806	6.948.200	-	-

Valor justo por meio do resultado:

Aplicações financeiras	647.596	25.791.791	81.621.067	98.639.627
------------------------	---------	------------	------------	------------

A Administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>		<u>2021</u>	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	37.401	-	2.758.542	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	22.529.723	449.283.600
Debentures a pagar	23.977.261	206.760.028	23.977.261	206.760.028
Arrendamento Mercantil	-	-	1.277.498	8.373.077
	<u>24.014.662</u>	<u>206.760.028</u>	<u>50.543.024</u>	<u>664.416.705</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>		<u>2020</u>	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	45.855	-	5.692.028	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	21.671.710	467.166.483
Debentures a pagar	29.940.687	183.765.322	29.940.687	183.765.322
Contratos de mútuo - parte relacionada	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil	-	-	1.266.936	8.432.735
	<u>29.986.542</u>	<u>183.765.322</u>	<u>58.571.361</u>	<u>659.364.540</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem

transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente por através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2022, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2022 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2021, cuja valor definido foi de 5,11% a.a. e com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2021, cuja valor definido foi de 5,32%, sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento	Risco	Juros Projetados para 2022		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros	31.12.2021				
BNDES	482.784.446	TJLP	38.760.731	44.894.858	51.254.352
DEBENTURES	247.754.595	IPCA	26.331.264	29.345.525	36.848.651

23 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X
2022	Volume (MWh)	73.584	73.584	73.584	73.584	73.584
	Preço (R\$/MWh)	405	397	400	400	397
2022	Total (R\$ Mil)	29.782.365	29.235.040	29.486.513	29.486.513	29.235.040
2023-2037	Total (R\$ Mil)	446.735.472	438.525.598	442.297.702	442.297.702	438.525.598

24 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros S.A e a AXA Seguros, seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é de R\$ 998.377.002 tendo como vigência o período de 30.12.2020 à 31/12/2021.

Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 01/01/2022 à 31/12/2022.

Pirapora Solar Holding S.A
*Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2021 e 2020*

Coberturas consolidadas

Lucro cessantes

Danos materiais

Importância segurada

Importâncias seguradas

R\$ 115.063.802

R\$ 472.801.575

R\$ 587.865.377

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 118.061.080,00 tendo como vigência o período de 30/06/2021 à 30/06/2022.

Coberturas

Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços Públicos – Energia
Responsabilidade Civil Cruzada, Pulção Súbita e Acidental

R\$ 118.061.080

25 Eventos subsequentes

A Pirapora Solar Holding S.A., única acionista da companhia em 27 de janeiro de 2022, aprovou redução de capital, no valor de R\$ 13.976.090 (treze milhões, novecentos e setenta e seis mil e noventa reais), mediante o cancelamento de R\$ 13.976.090 (treze milhões, novecentos e setenta e seis mil e noventa reais) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nas SPEs:

Pirapora V: Em 27 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 2.795.218 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e dezoito reais).

Pirapora VI: Em 27 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 2.795.218 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e dezoito reais).

Pirapora VII: Em 27 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 2.795.218 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e dezoito reais).

Pirapora IX: Em 27 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 2.795.218 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e dezoito reais).

Pirapora X: Em 27 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 2.795.218 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e dezoito reais).